

PROMETEUS

FILOSOFIA EM REVISTA

VIVA VOX- DFL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Ano 3 - no.5 Janeiro-Junho / 2010 ISSN: 2176-5960

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MEMÓRIA A PARTIR DE WITTGENSTEIN

Rodrigo Reis Lastra Cid
Graduando em Filosofia pelo IFAC/UFOP

Resumo: Este artigo visa apresentar o pensamento de Wittgenstein – principalmente a partir de suas notas em *Investigações Filosóficas (PI)*, *Observações sobre a Filosofia da Psicologia (RPP)* e *Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia (LW)* – e a partir de alguns de seus comentadores, com relação a importantes teses sobre a memória. Esta constitui um grande problema epistêmico, na medida em que o nosso conhecimento de fatos passados vem dela. Dado que é algumas vezes falha, é importante sabermos do que estamos falando ao usar o termo “memória” e o quanto podemos confiar nela.

Palavras-Chave: Epistemologia, Wittgenstein, Memória.

Abstract: This article intends to present the thought of Wittgenstein – mainly from his notes at *Philosophical Investigations (PI)*, *Remarks on the Philosophy of Psychology (RPP)*, and *Last Writings on the Philosophy of Psychology (LW)* – and of his commentators about important thesis on memory. This one is a major epistemic problem, since our knowledge of the past facts comes from it. Provided that it sometimes fails, is important to know of what we are talking about when we use the term “memory” and to know how can we trust it.

Key-Words: Epistemology, Wittgenstein, Memory.

1. Imagens de memória

A primeira tese que podemos citar (Schulte, 2003, p. 95-6), e talvez a mais comum, se baseia nas lembranças como imagens de memória e no seu reconhecimento como a identificação de uma impressão com uma lembrança, que, neste modelo, é a imagem mental de uma experiência passada.

As críticas de Wittgenstein (PI §305-6; RPP i. §109, ii. §593; Glock, 1997, p. 246) não são sobre a existência dessas imagens, mas sobre sua necessidade quando tratamos de lembranças. Imagens de memória não são condições necessárias para as lembranças, já que relatos de memória podem ser feitos sem nenhuma ocorrência de imagens internas (RPP i. §§ 105, 468, ii. §144; PI §§ 645, 651) e, mesmo que essas imagens mentais estejam desgastadas, conseguimos dizer que nos lembramos. Além disso, essas representações imagéticas também não seriam suficientes para determinar uma lembrança. Isto porque, ao observarmos uma imagem, ainda nos faltaria determinar que ela é uma imagem de uma representação passada (RPP i. §1041).

Ao falar dessas imagens, esta teoria pressupõe que o reconhecimento advém de um confronto entre uma impressão presente e uma lembrança. Todavia isso não é possível se pensarmos as lembranças como imagens, pois: (a) quando olhamos para uma imagem, seja ela interna ou externa, não podemos olhar para qualquer outra e (b) se houvesse duas imagens sendo comparadas, nada nas figuras nos informaria que uma delas é a representação de um fato passado (RPP i. §1041, ii. §592). Assim, a relação entre imagens mentais e lembranças é apenas contingente; a imagem em si mesma não serve de constatação para se dizer que se teve uma lembrança (RPP i. §1131).

2. Lembrar e chamar à mente

Como as imagens mentais em última instância provêm da memória, cabe então colocar em pauta a diferenciação wittgensteiniana entre “lembrar” e “chamar à mente” (RPP ii. §592; Z §662). Enquanto o último pode ser explicitado por analogia com “sonhar com o passado” – onde os eventos são vistos como um filme, mas sem sabermos que eles são passado –, o primeiro pode ser descrito como sabermos que

estamos olhando um fato passado ao olharmos um fato passado. Para uma representação em um sonho, mesmo de eventos passados, é necessário que formemos imagens internas. Na lembrança isso não é necessário. Além disso, o “lembrar” é criativo num certo aspecto em que “chamar à mente” não o é, pois “integra as reminiscências em narrativas consistentes” (Schulte, 2003, p. 102).

Dessa maneira percebe-se que os dois diferem muito. O critério para essa distinção é a voluntariedade (RPP i. §848): chamar à mente é voluntário, enquanto lembrar não o é. Isso marca uma diferença no uso e não uma clara distinção conceitual, pois ele não diz que elas são objetos de memória distintos, mas que apenas usamos um ou outro em situações diferentes.

Assim, a concepção imagética da memória parece ser inadequada e também parece advir de uma não-distinção entre esses dois usos do termo “memória”. Portanto, fica claro que, quando usamos a expressão “lembrar” ou “chamar à mente”, nos referimos a usos específicos na linguagem, enquanto quando falamos “memória”, usamo-la de modo mais geral, abarcando esses dois termos e todos os outros tipos de memória.

3. O conteúdo da lembrança

Entretanto, poderíamos pensar que a lembrança tem algum conteúdo experiencial, mesmo que excetuássemos as representações visuais – as imagens internas. Para mostrar o pensamento de Wittgenstein quanto a essa tese (PI II. xiii), falta-nos ainda dizer o que ele chama de conteúdo experiencial: o objeto interno (objeto privado), aquele que é percebido com o olho mental, com o ouvido mental etc., através de um processo interno (RPP i. §§ 109, 111, 694, 896). Exemplos de processos internos são: ouvir uma música ou uma sentença, sentir um cheiro, sentir a dor aumentando ou diminuindo e coisas que tais.

Caso a lembrança tivesse conteúdo experiencial, ela seria fruto de um processo interno e, assim, precisaria de um critério externo para que se tornasse algo intersubjetivamente acessível (LW §442). Então, mesmo se houvesse um objeto interno

na lembrança, ao perguntarem o que um dado alguém estava representando ao lembrar, a resposta seria com palavras, desenhos, fotos, enfim, com algo externo (PI §580; RPP i. §109). E isso faz com que o objeto interno, caso exista algum, seja irrelevante.

Para excluir não só representações visuais, mas também tudo que pudesse contar como conteúdo experiencial, podemos pensar no caso de quando nos lembramos de algo, mas representamos a imagem equivocada (Schulte, 2003, p.105). Isto se dá, por exemplo, quando vejo em minha mente a imagem de Brasília ao me lembrar da minha viagem para São Paulo, ou ainda quando lembro de uma música de Bach que ouvi numa orquestra, mas ouço Mozart mentalmente. Disso implica que o conteúdo da lembrança não está na representação que fazemos (sejam elas imagéticas, sonoras ou qualquer outra); a representação é um mero acompanhante, que pode ou não coincidir com a lembrança.

Com isso Wittgenstein não consegue apreender o conteúdo da lembrança; todavia depreende aquilo que não é conteúdo dela, a saber, as representações (PI §§ 645, 651).

4. Sentimentos de lembrança

Outros filósofos, como Bertrand Russell, desenvolveram teorias pelas quais a percepção de algo como sendo uma lembrança se dá por meio de sentimentos específicos conectados à representação, como os sentimentos de passado [*feelings of pastness*] e o sentimento de familiaridade: “os primeiros estariam ligados com o crescente enfraquecimento da respectiva representação mental. Junto com esses sentimentos, datas aproximadas seriam inferidas” (Schulte, 2003, p. 97). O segundo, por sua vez, seria o que nos ajudaria a decidir o quanto podemos confiar em algo que nos pareça ser uma lembrança: é de acordo com ele que a aceitaríamos ou a rejeitaríamos.

Wittgenstein critica essa visão. Primeiramente o sentimento de passado não está necessariamente conectado com a lembrança, pois, como vimos antes, existem muitos casos de declarações de memória que não são acompanhadas desse. Este é o caso de “hoje me barbeei antes do café da manhã”; onde este sentimento, chamado por

Wittgenstein (RPP i. §§ 105, 114; LW §840) de sentimento de “muito tempo passado” – em inglês, “*long, long ago*” – definitivamente não ocorre.

O sentimento de familiaridade é raro de ocorrer, mas o temos quando, por exemplo, aproveitamos o sentimento gerado pelo reencontro de um antigo quarto, de onde estivemos ausentes por muito tempo, com todas as coisas conhecidas que lá estavam (PI, §§ 595-6; RPP i. §§ 120-123). Sua forma de expressão é certo modo de andar pelo quarto, olhando e tocando os objetos antigos como que os inquirindo. Todavia, assim como nos lembra Schulte (2003, p. 108), podemos ter o sentimento de familiaridade, i.e., ao chegar num quarto de hotel por nós nunca antes visitado que está arrumado do jeito que estamos acostumados. Dessa forma ocorre o tal sentimento, mas sem a lembrança. Ao contrário, com relação a coisas ou pessoas com as quais entro em contato constantemente ou que conheço bem, não é próprio falar de sentimento de familiaridade. Se o fizéssemos, o ápice desse sentimento seria a total indiferença, o que é bastante diferente da descrição dada no parágrafo anterior.

Não há, então, motivos para dizermos que algum sentimento, como o de passado ou de familiaridade, está necessariamente conectado à memória. Há sim vários sentimentos ou representações que podem ou não estar ligados àquela lembrança.

5. Traços de memória

Existe ainda outra concepção de memória, adotada por Platão e Locke, onde esta é vista como a “caixa” para guardar os traços de memória que as impressões teriam causado (Schulte, 2003, p. 113-5; Glock, 1998, p. 245-6). Pois, segundo ela, não conseguimos manter um número muito grande de ideias simultaneamente em nossa mente. Fisiologicamente essa hipótese foi confirmada – de certa forma – por Köhler, quando este encontrou o *locus* da memória no cérebro. Pensa-se, então, neste modelo, que há uma ligação entre as impressões e a memória, e que os traços advindos das impressões – e armazenados na “caixa” – seriam como que o livro de onde se leem as lembranças. Esta ligação é considerada como essência e substrato psicológico das memórias.

Uma das críticas de Wittgenstein a essa teoria se dá porque, se um evento deixasse um traço no sistema nervoso, teríamos que inferir a lembrança a partir desse traço (RPP i. §§ 220, 903-9; Z §§ 608-13). Assim, o traço não seria lembrança. Outras críticas mais pesadas surgem quando colocamos em pauta os casos de falha numa declaração de memória como, por exemplo, quando me lembro de ter estado em Brasília em outubro do ano passado, mas estou enganado, pois estive em Petrópolis. A única maneira que os adeptos desse pensamento poderiam explicar essa falha seria dizer que aconteceu um erro na leitura do traço. Contudo, segundo essa teoria, deveríamos estar aptos a lê-lo corretamente sem ajuda externa. Mas, ao contrário disso, deixamo-nos decidir sobre nossas memórias por meio também de critérios externos (PI §265). E seriam feitas várias considerações sobre a incompatibilidade de eventos, cancelando o menos plausível. Mas isso causa problemas aos teóricos da ideia presente, pois, se escolhermos o que vai contar como lembrança, não haveria nada que servisse de base natural (como a suposta ligação entre impressão e memória) para dizermos se algo é ou não uma lembrança.

A hipótese dos traços de memória tende a pressupor que nossas lembranças se referem todas a descrições definidas. Contudo, isso não explica, como nos mostra o exemplo de Schulte (2003, p. 116), casos nos quais nos lembramos de alguém, mas não lembramos de nenhuma característica particular desse alguém. Além disso, se lembramos, posteriormente, desse mesmo alguém depois de termos visto sua foto, o primeiro lembrar, dada a ocorrência do segundo, devemos admitir que não é realmente lembrar, enquanto o segundo o é. Nesse caso, a referência depende de um reconhecimento atual, o que não pode ser critério para a extração da lembrança de seu traço, pois não está sendo do traço que a estamos retirando, mas de um fato externo.

Outro problema que se dá nesse pensamento é que nele a mente distingue a memória de outros conteúdos da consciência de acordo com a origem. Entretanto, a origem não parece responder a pergunta de se o que foi supostamente lembrado é uma lembrança ou uma alucinação: o traço por si mesmo ou sua perfeita leitura não são o suficiente para determinarmos se o que se passa é ou não uma lembrança de um fato passado. A perspectiva dos traços de memória igualmente tende a não levar em conta

que outros conteúdos da consciência também envolvem a memória, como, por exemplo, quando vemos um objeto e sabemos conceitualmente o que ele é. Por isso, não é possível precisar uma linha entre um conteúdo puramente presente e os que incluem a memória.

6. Critérios de lembrança

Cabe aqui colocar a observação de Wittgenstein quanto a critérios de lembrança (PI §§ 265, 580; LW §442). Segundo ele, não podemos falar de reconhecimento de lembranças, pois que o reconhecer é um verbo que exige um critério para determinar como correto ou incorreto o seu uso. Este é o mesmo caso de nos perguntarmos se a memória está ou não nos pregando peças. Se falarmos que podemos imprimir corretamente sobre nós mesmos a conexão entre um nome e o que ele nomeia, isto pressuporia um critério de correção (PI §258). Como este deve ser intersubjetivo e, portanto, externo, nossa solução possível seria uma busca no dicionário. Entretanto não podemos nos fiar em algum tipo de dicionário mental, pois o critério último de correção para as lembranças é o próprio indivíduo que lembra (RPP i. §107). Entretanto, podemos ser corrigidos em nossas lembranças por fotos, documentos, etc., ou seja, por critérios externos. Por isso o critério interno não é válido para comprovar a evidência: a lembrança pode se mostrar falsa.

7. Wittgenstein e a memória

Passamos, então, ao modo de Wittgenstein de distinguir os tipos de memória: primeiramente ele diferencia o que chama de “memória como fonte” e as “memórias que podem ser verificadas de outra forma” (Schulte, 2003, p. 101). A primeira seria a fonte da nossa consciência de passado. Seria por ela que se daria a possibilidade de pensarmos em verificar nossa memória por critérios externos: é porque sabemos que há passado que decidimos verificar a existência passada da presente memória, o que ocorre porque temos em mente uma sequência consistente de acontecimentos em certa ordem

(LW §§ 837-9). As que podem ser verificadas de outros modos são: a memória como “chamar algo à mente” e a memória como “lembrar”. Atribui também, o filósofo, três características à grande parte das (se não, todas) as memórias que podem ser verificadas de outros modos (RPP i. §837; PI §§ 191, 197; RFM i. §123): **(a)** Sua ocorrência num instante, **(b)** sua imediaticidade, **(c)** a impossibilidade de sofrermos de falha de referência.

(a) Por mais que demoremos tentando nos lembrar de algo, assim que nos lembramos o fazemos num instante. Contudo, podemos lembrar erroneamente, ou seja, é possível acreditar que se lembra algo e, posteriormente, isso se mostrar um equívoco. Isso não ajuda no entendimento de “lembrar num instante” nem implica que um processo complicadíssimo ocorreu em nossa “visão mental” numa fração de segundo. Significa somente que podemos jogar o jogo do lembrar sem que tenhamos que explicar todos os movimentos, utilizamo-nos apenas das palavras e das regras do jogo.

(b) A imediaticidade da lembrança se mostra pelo fato de não extrairmos uma descrição de nenhuma representação; a descrição verbal, mas não necessariamente verbalizada, é a expressão da lembrança (RPP i. §1131). As representações são apenas ajudas para a memória, são as imaginações de algo que não é a lembrança mesma. Afinal podemos nos lembrar tanto de eventos externos como estados psicológicos sem, de fato, visualizá-los ou senti-los.

(c) A impossibilidade de falha de referência indica que, se alguém lembra, não pode estar errado no fato de que lembra, ou seja, não há critérios internos para determinar a correção de sua lembrança, pois a última instância de apelação para verificar se ele se lembrou é ele mesmo. Podemos, entretanto, corrigir um falante que confunde o nome de algo, contudo não podemos corrigir se ele teve ou não uma lembrança. Se ele diz que *acredita* se lembrar de algo, implicitamente ele pede por um critério que só ele pode dar.

8. Conclusão

Com essa concepção, Wittgenstein não nos diz qual é o conteúdo da memória, entretanto nos mostra que as lembranças não se constituíam de nenhuma imagem nem representação. Diz apenas que elas podem ser conhecidas por sua descrição verbal de memória (“Eu lembro de X”). E, mesmo que a representação fosse a lembrança, não teríamos como saber se ela era realmente uma lembrança ou algum tipo de alucinação.

Posteriormente, ele desfaz o pensamento de que as lembranças se fundam em sentimentos específicos, mostrando que esses sentimentos podem ser sentidos em outras ocasiões ou que uma lembrança pode advir sem eles. Desconstrói também a visão da memória como uma caixa que guarda traços de impressões, nos mostrando que dados externos costumadamente nos influenciam em relação às lembranças, e que não teríamos como saber se aquilo que supostamente lembramos é ou não uma lembrança.

Sobre, então, nosso problema epistemológico de “o que é a memória” e o “quanto podemos confiar nela”, todo o caminho que seguimos até aqui nos dá a descrição da lembrança como a expressão verbal da memória e não como representações ou sentimentos. Nos mostra também que não podemos reconhecer uma lembrança como tal, porque não temos critérios internos para indicar a correção do reconhecimento. Contudo, existem critérios externos para nos certificar de se temos ou não uma lembrança.

Essa perspectiva não é uma visão cética com relação à memória, mas uma demanda por distinção entre lembrar corretamente e lembrar incorretamente. O que não quer dizer que não devamos confiar na memória no nosso dia-a-dia – afinal, que conhecimento teríamos se não confiássemos? –, mas apenas que ela não é evidência de uma situação passada. Assim, no caso de dúvida ou da requisição de certeza não-subjetiva com relação a uma lembrança, nosso único critério seria o externo.

Referências bibliográficas:

- Baker, G. P. & Hacker, P. M. S. *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations: vol. 1*. 5ª ed. Malden: Blackwell, 2004.
- Glock, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*; tr. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Hacker, P. M. S. *Wittgenstein: Meaning and Mind, volume 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, Part I: Essays*. 4 ed. Oxford: Blackwell, 2001.
- _____. *Wittgenstein: Mind and Will, volume 4 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, Part II: Exegesis*. 2ª ed. Oxford: Blackwell, 2000.
- Kripke, Saul A. *Wittgenstein on rules and private language*. Cambridge: Harvard University Press.
- Schulte, Joachim . *Experience and Expression*; tr. Oxford University Press. 2ª ed. New York: Oxford University Press, 2003.
- Wittgenstein, Ludwig . *Observações Filosóficas*; tr. Adail Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*; tr. Ricardo Ploch. Aparecida: Idéias e Letras, 2008.
- _____. *Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia*; tr. António Marques, Nuno Venturinha & João Tiago Proença. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2007.
- _____. *Investigações Filosóficas*; col. Os Pensadores; tr. José Carlos Bruni. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Remarks on the Foundations of Mathematics*; tr. G. E. M. Ascombe. 6ª ed. Great Britain: Basil Blackwell, 1998.
- _____. *Zettel*; tr. R. E. M. Ascombe. 6ª ed. Oxford: Basil Blackwell, 1998.